



Semelhanças e Diferenças*

Normas contábeis internacionais (IFRS),
norte-americanas (US GAAP) e as
práticas contábeis adotadas no Brasil

Pocket Guide

Outubro de 2004

www.pwc.com/br

*connectedthinking

PRICEWATERHOUSECOOPERS 

Valor agregado*

A **PRICEWATERHOUSECOOPERS** presta serviços de auditoria, assessoria tributária e societária, assessoria em gestão empresarial, com foco em segmentos econômicos específicos, em quatro áreas:

- sustentabilidade empresarial
- gestão de riscos corporativos
- reestruturações organizacionais, fusões, aquisições e recuperação de empresas
- melhoria de processos e de desempenho, incluindo terceirização de funções contábeis e fiscais, entre outras

Utilizamos nossa rede de profissionais, experiência, especialização em segmentos econômicos específicos de indústria e conhecimento acumulado de negócios para gerar credibilidade e criar valor para nossos clientes.

A isto, chamamos Connected Thinking.

*connectedthinking

Semelhanças e Diferenças

Normas contábeis internacionais (IFRS),
norte-americanas (US GAAP) e as práticas
contábeis adotadas no Brasil

Outubro de 2004

Índice

Página

Prefácio	5
Introdução	7
Resumo das principais semelhanças e diferenças	
Estrutura contábil	9
Demonstrações financeiras	12
Demonstrações financeiras consolidadas	26
Combinações de empresas ou negócios	36
Reconhecimento de receitas	44
Reconhecimento de despesas	46
Ativos	50
Passivos	66
Instrumentos de patrimônio líquido	77
Derivativos e operações de “hedge”	78
Outros itens	81

Prefácio

A partir de 2005, as normas contábeis internacionais (International Financial Reporting Standards - IFRS) serão adotadas por cerca de 92 países. Em especial, todas as empresas listadas em bolsas de valores dos 25 países-membro de União Européia (UE) estarão obrigadas a elaborar demonstrações financeiras em IFRS.

Como parte das ações orientadas para a harmonização global das normas contábeis, os órgãos responsáveis pela emissão das normas contábeis norte-americanas (Financial Accounting Standards Board - FASB) e internacionais (International Accounting Standards Board - IASB) firmaram compromisso no sentido de eliminar as divergências significativas entre os dois conjuntos de normas até 2007. Apesar disso, ainda persistem diferenças significativas entre IFRS e os denominados US GAAP (Princípios Contábeis Norte-americanos). Mais significativas ainda são as diferenças entre esses dois conjuntos de normas e as práticas contábeis atualmente adotadas no Brasil.

Nesse contexto, o objetivo deste “Pocket Guide” é permitir um mapeamento das áreas em que as diferenças de práticas contábeis entre esses três conjuntos de normas são mais significativas. Essa publicação, preparada pela equipe de especialistas do “Global Capital Markets Group (GCMG)” da **PRICEWATERHOUSECOOPERS** - Brasil, representa uma contribuição importante de nossa firma ao processo de harmonização global das normas contábeis e, em especial, a integração do nosso país ao mercado internacional de capitais.



Fernando Alves
PricewaterhouseCoopers - Brasil
Presidente

Introdução

Esta publicação de **PRICEWATERHOUSECOOPERS** tem por objetivo proporcionar um conhecimento básico das principais diferenças entre as normas contábeis internacionais (IFRS), norte-americanas (US GAAP) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas pelas instituições financeiras e seguradoras brasileiras, bem como por empresas que atuam em determinados segmentos específicos da indústria, tais como energia elétrica e telecomunicações, apresentam divergências em relação àquelas adotadas pelas empresas que atuam nos demais segmentos de indústria, em função de normas específicas emitidas pelos órgãos reguladores dos respectivos setores (Banco Central do Brasil - BACEN, Superintendência de Seguros Privadas - SUSEP, Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL). Esta publicação não é dirigida a segmentos específicos da indústria e pode não abordar diferenças relevantes às empresas que neles operam. Estão aqui abordadas, primariamente, diferenças aplicáveis às empresas em geral, que atuam nos diversos segmentos da indústria.

No que se refere às instituições financeiras, esta publicação será, em breve, complementada ou substituída para tratar de semelhanças e diferenças aplicáveis especificamente ao segmento, onde serão tratados temas como instrumentos financeiros, provisão para crédito de liquidação duvidosa, etc.

Nenhum sumário como este poderia explorar todas as diferenças entre os detalhes das normas. Mesmo quando o princípio fundamental é o mesmo entre as normas, pode haver diferenças significativas nos detalhes de sua aplicação. Ademais, em geral, as práticas contábeis brasileiras apresentam menor nível de detalhe e orientação quanto à aplicação das normas, o que dá margem a divergências de aplicação prática que podem ter impacto significativo nas demonstrações financeiras. Esta publicação tem foco nas semelhanças e diferenças de tratamento contábil mais comumente identificadas na prática. Usuários e responsáveis pela preparação de demonstrações financeiras devem consultar todas as respectivas normas e correspondentes interpretações, além de pronunciamentos complementares emitidos pelos respectivos órgãos reguladores, para conhecimento detalhado das exigências de tratamento contábil e de divulgação de informações financeiras.

Esta publicação contempla todas as normas e interpretações emitidas até 31 de dezembro de 2003, complementadas, exclusivamente no caso das IFRS, pelas normas e interpretações emitidas após aquela data e até 31 de março de 2004.



Ivan M. Clark
PricewaterhouseCoopers Brasil
Sócio líder
Global Capital Markets Group



Kieran McManus
PricewaterhouseCoopers Brasil
Sócio líder
GCMG - IFRS

Estrutura contábil

Base de valor contábil

IFRS

Utiliza o custo histórico, mas os ativos intangíveis, o ativo permanente e as propriedades para investimento podem ser reavaliados a valor justo.

Os ativos biológicos, instrumentos financeiros derivativos, e alguns outros instrumentos financeiros devem ou podem ser avaliados ao valor justo.

US GAAP

Reavaliações não são permitidas, exceto no caso de instrumentos financeiros derivativos, e alguns outros instrumentos financeiros que devem ou podem ser avaliados ao valor justo.

Brasil

Utiliza o custo histórico, mas itens do ativo imobilizado podem ser reavaliados.

Desvio de prática contábil

IFRS

Em casos extremamente raros, empresas não devem aplicar determinada norma contábil quando isso for imprescindível para que as demonstrações financeiras estejam adequadamente apresentadas.

US GAAP

Conceitualmente semelhante ao IFRS, mas desvio não utilizado na prática.

Brasil

Não prevê situações em que seja justificável o desvio de normas contábeis, mas é utilizado o conceito em que a essência prevalece sobre a forma.

Elaboração pela primeira vez de demonstrações financeiras de acordo com o conjunto de normas contábeis ou primeira aplicação de determinada norma contábil

IFRS

Exigem aplicação retroativa de todas as IFRSs em vigor na data de apresentação das primeiras demonstrações financeiras em IFRS da empresa, com algumas isenções de aplicação facultativas e algumas exceções compulsórias.

Com relação à aplicação de novas normas, cada uma delas especifica o tratamento na primeira adoção.

US GAAP

A elaboração de demonstrações financeiras em US GAAP pela primeira vez exige aplicação retroativa das correspondentes normas. Com relação à aplicação de novas normas, cada uma delas especifica o tratamento na primeira adoção.

Brasil

Não há norma específica. Na prática, é requerida a aplicação retroativa de todas as práticas contábeis adotadas no Brasil em vigor na data das primeiras demonstrações financeiras da empresa elaboradas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Com relação à aplicação de novas normas, cada uma delas especifica o tratamento na primeira adoção.

Demonstrações financeiras

Moeda de mensuração e apresentação das demonstrações financeiras

IFRS

Exige a mensuração do lucro utilizando a moeda funcional, entretanto, as empresas podem apresentar as demonstrações financeiras numa moeda diferente.

US GAAP

Semelhantes às IFRS. Regras da SEC permitem que as empresas não americanas registradas naquela comissão escolham a moeda de apresentação das demonstrações financeiras.

Brasil

As demonstrações financeiras devem ser apresentadas na moeda do país. Empresas consolidadas que operam em outros países têm suas demonstrações financeiras medidas utilizando a moeda funcional da respectiva empresa e, posteriormente, convertidas para a moeda do país.

Componentes das demonstrações financeiras

IFRS

Balanço patrimonial, demonstrações do resultado, dos fluxos de caixa e das mutações do patrimônio líquido de, no mínimo, dois anos.

Também devem ser apresentadas as políticas contábeis adotadas pela empresa e as notas explicativas contendo detalhes para melhor entendimento das demonstrações financeiras.

US GAAP

Semelhantes às IFRS, porém, para as empresas registradas na SEC, são exigidos três anos de todas as demonstrações, exceto o balanço patrimonial.

Brasil

Semelhantes às IFRS, com exceção da apresentação da demonstração das origens e aplicações dos recursos no lugar da demonstração dos fluxos de caixa.

Balanço patrimonial

IFRS

Não definem um formato específico, mas requerem segregação entre ativos e passivos correntes e não-correntes.

A apresentação dos ativos e passivos por ordem de liquidez é preferível em relação à segregação entre correntes e não-correntes apenas quando apresenta informação mais confiável e relevante sobre a empresa.

Determinados ativos e passivos devem ser necessariamente apresentados no balanço patrimonial.

US GAAP

As empresas podem apresentar um balanço patrimonial classificado ou não. Os itens apresentados separadamente no balanço patrimonial são geralmente apresentados em ordem decrescente de liquidez.

As empresas registradas na SEC devem seguir as exigências mínimas de divulgação daquela comissão.

Brasil

Os ativos e passivos são segregados entre os grupos de circulante e não-circulante e apresentados, dentro desses grupos, em ordem decrescente de liquidez, com agrupamento de contas de modo a facilitar o conhecimento e análise da situação financeira da empresa.

Formato da demonstração do resultado

IFRS

Não prevêem um formato padrão, embora os gastos devam ser apresentados em um dos dois formatos: por função ou natureza. Determinados itens devem ser apresentados separadamente.

US GAAP

Permitem a apresentação de um formato “corrido”, no qual as despesas, classificadas por função, são diretamente deduzidas das receitas totais ou por sub-totais, onde as receitas e despesas são classificadas em grupos.

As despesas devem ser apresentadas por função.

Brasil

Requerem tratamento similar às IFRS, exceto pelo tratamento de certos itens como “não-operacionais” e por exigirem a apresentação das despesas por função.

Itens excepcionais

IFRS

Não usam o termo, mas requerem divulgação em separado de itens cujo montante, incidência ou natureza exijam divulgação específica para explicar o desempenho da empresa.

US GAAP

Requerem divulgação separada na demonstração do resultado ou nas notas explicativas.

Itens individualmente significativos devem ser apresentados separadamente na demonstração do resultado.

Brasil

Requerem tratamento similar em relação às normas em US GAAP.

Itens extraordinários

IFRS

Não prevêem a existência de tais itens.

US GAAP

Definidos como sendo pouco freqüentes e não-usuais, são raros.

O deságio é apresentado como um item extraordinário.

Brasil

Definidos como sendo de natureza inusitada, pouco freqüentes e de valor significativo.

Demonstração de outros ganhos e perdas reconhecidos

IFRS

Requerem uma demonstração em separado dos outros ganhos e perdas reconhecidos em nota explicativa ou de forma destacada na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

US GAAP

Exigem a divulgação do valor total e do valor acumulado de outros ganhos e perdas reconhecidos, na forma de demonstração financeira em separado ou de forma combinada com a demonstração do resultado ou com a demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Brasil

Não prevêem especificamente a existência desta demonstração. Na prática, tais ganhos e perdas são tratados de maneira similar aos itens extraordinários.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

IFRS

A demonstração apresenta as transações envolvendo capital com proprietários, a movimentação do lucro acumulado e a reconciliação de todos os outros componentes do patrimônio. Deve ser apresentada como demonstração financeira primária e não em nota explicativa.

US GAAP

Semelhantes às IFRS.

Brasil

Semelhantes às IFRS.

Demonstração dos fluxos de caixa - formato e método

IFRS

Exigem classificação em contas padrão, mas são flexíveis quanto ao conteúdo das contas. Permitem a utilização dos métodos direto ou indireto.

US GAAP

Requerem classificação em contas de categorias similares em relação às IFRS, mas dão orientação mais específica quanto à classificação em cada categoria. Também permitem a utilização dos métodos direto ou indireto.

Brasil

Não requerem a apresentação. Quando voluntariamente apresentada, regras são semelhantes às IFRS.

Demonstração dos fluxos de caixa - definição de caixa e equivalentes a caixa

IFRS

O caixa inclui saques a descoberto e equivalentes a caixa com vencimentos de curto prazo (menos de 3 meses) e com risco mínimo.

US GAAP

O caixa exclui saques a descoberto, mas inclui equivalentes a caixa com vencimentos de curto prazo.

Brasil

Semelhantes às IFRS, mas com ênfase em liquidez, sem, no entanto, considerar aspectos de risco.

Demonstração dos fluxos de caixa - isenções de apresentação

IFRS

Não há isenções.

US GAAP

Isenções limitadas para determinadas empresas de investimento.

Brasil

Demonstração não é requerida.

Mudanças nas políticas contábeis

IFRS

Requerem a correção das informações comparativas e do saldo inicial do lucro acumulado do exercício anterior (por exemplo: reapresentação das cifras apresentadas para fins de comparação).

US GAAP

Geralmente requerem a inclusão do efeito na demonstração do resultado do exercício atual. Exigem a divulgação das informações comparativas “pró-forma”. Requerem ajustes retroativos em situações específicas.

Brasil

Normalmente, são tratadas como ajuste do saldo inicial dos lucros ou prejuízos acumulados do ano corrente. Não há correção ou reapresentação de informações comparativas.

Correção de erros

IFRS

Exigem a correção das informações comparativas.

US GAAP

Semelhantes às IFRS.

Brasil

São tratadas como ajuste do saldo inicial dos lucros ou prejuízos acumulados do ano corrente. Não há correção ou reapresentação de informações comparativas.

Mudanças nas estimativas contábeis

IFRS

Efeitos são registrados na demonstração do resultado do período corrente.

US GAAP

Semelhantes às IFRS.

Brasil

Semelhantes às IFRS.

Demonstrações financeiras consolidadas

Definição de subsidiária

IFRS

É feita com base no controle do capital votante ou no poder de determinar as políticas operacionais e financeiras da empresa com vistas à obtenção de benefícios econômicos.

A existência de direitos atualmente exercíveis a possíveis votos também precisa ser levada em consideração.

US GAAP

Participação majoritária no capital votante através de ações com direito a voto ou por contrato.

Adicionalmente, entidades nas quais a empresa não tenha controle do capital votante mas tenha participação variável (VIEs) de forma a absorver a maioria dos seus ganhos ou perdas devem ser consolidadas.

Brasil

Semelhantes às IFRS, mas não consideram direitos atualmente exercíveis a possíveis votos.

Sociedades de propósitos específicos (SPEs)

IFRS

Requerem a consolidação sempre que a substância da relação indicar controle.

US GAAP

As SPEs devem ser consolidadas se as exigências de consolidação para as VIEs forem atendidas. Para evitar a consolidação, a SPE deve atender certos critérios.

Brasil

Semelhantes às IFRS para companhias abertas. Para companhias fechadas, a substância pode não ser, na prática, considerada.

Não-consolidação de subsidiárias

IFRS

Não há exceção. Todas as subsidiárias devem ser consolidadas.

US GAAP

É adequada somente se a empresa detentora da maioria do capital votante não tiver controle sobre a investida.

Brasil

Consolidação é requerida somente para companhias abertas. Para companhias abertas, podem ser excluídas da consolidação as subsidiárias com graves problemas de continuidade e aquelas cuja venda em futuro próximo tenha efetiva e clara evidência de realização, devidamente formalizada.

Definição de coligada

IFRS

Com base em influência significativa: Presume-se que haja influência significativa quando há 20% ou mais de participação no capital ou nos negócios da empresa.

US GAAP

Semelhantes às IFRS.

Brasil

Com base em 10% ou mais de participação direta ou indireta no capital votante da empresa, sem controlá-la.

Para aplicação do método de equivalência patrimonial, os critérios são similares aos das IFRS.

Apresentação dos resultados de coligadas

IFRS

Utilizam o método contábil da equivalência patrimonial (por exemplo: a participação no resultado da coligada é lançado em uma única linha).

US GAAP

Semelhantes às IFRS.

Brasil

Semelhantes às IFRS.

Divulgação sobre coligadas importantes

IFRS

Exigem a divulgação de informações detalhadas sobre ativos, passivos, receitas e resultados significativos das coligadas.

US GAAP

Semelhantes às IFRS.

Brasil

Semelhantes às IFRS, exceto por não exigirem informações detalhadas sobre ativos e passivos.

Apresentação de “joint-ventures”

IFRS

Permitem a utilização dos métodos de consolidação proporcional ou equivalência patrimonial.

US GAAP

O método de equivalência patrimonial é requerido, exceto em circunstâncias específicas. Consolidação proporcional não é aceita.

Brasil

Requerem a consolidação proporcional.

Subsidiárias no exterior incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas

IFRS

Requerem a conversão do balanço pela taxa de fechamento. As cifras da demonstração do resultado são convertidas pela taxa da data da respectiva transação ou pela taxa média (como alternativa prática), a menos que uso da taxa média distorça o resultado.

As diferenças cambiais resultantes são lançadas como ganhos ou perdas em conta de reserva dentro do patrimônio líquido. O valor acumulado nesta reserva é realizado contra o resultado do exercício na proporção de eventual alienação do investimento.

US GAAP

Semelhantes às IFRS, exceto pela realização da reserva, que se dá somente pela sua totalidade quando ocorre a venda ou alienação total ou substancial do investimento.

Brasil

O processo de conversão é semelhante ao das IFRS, exceto pelo fato de que as diferenças de conversão são diretamente lançadas ao resultado do período. Não há reserva no patrimônio líquido para registro dos ganhos e perdas de conversão.

Conversão de transações em moeda estrangeira

IFRS

Transações são convertidas com base na taxa de câmbio vigente na data da transação, sendo ativos e passivos monetários na data de fechamento e ativos e passivos não monetários com base nas taxas históricas.

US GAAP

Semelhantes às IFRS.

Brasil

Semelhantes às IFRS.

Hiperinflação - empresa estrangeira

IFRS

Requerem o ajuste das demonstrações financeiras locais da empresa estrangeira aos níveis de preço correntes antes da conversão das demonstrações financeiras pela moeda de fechamento.

US GAAP

Exigem o recálculo das demonstrações financeiras em moeda local utilizando a moeda de apresentação de relatório como moeda funcional.

Brasil

Semelhantes às IFRS.

Combinações de empresas ou negócios

Tipos

IFRS

Todas as operações de combinações de empresas ou negócios são tratadas como aquisição.

US GAAP

Semelhantes às IFRS.

Brasil

Operações de combinações de empresas ou negócios podem resultar em aquisições ou fusões de empresas.

Valor justo de ativos e passivos na aquisição, ágio e deságio

IFRS

Exigem o reconhecimento pela compradora de todos os ativos e passivos adquiridos (ainda que não originalmente reconhecidos na empresa adquirida), ao seu valor justo.

O ágio ou deságio originado da aquisição corresponde à diferença entre o valor justo dos ativos dados em pagamento pela aquisição (por exemplo: dinheiro e ações) e o valor justo de todos os ativos e passivos adquiridos.

Algumas obrigações relativas à reestruturação de operações, exclusivamente relacionados à empresa adquirida, podem ser reconhecidas, desde que determinados critérios sobre planos de reestruturação sejam satisfeitos.

US GAAP

Semelhantes às IFRS, mas possuem regras específicas para projetos em andamento de pesquisa e desenvolvimento adquiridos (geralmente devem ser lançados como despesa no resultado).

No que se referem às obrigações relativas à reestruturação de operações são semelhantes às IFRS, mas possuem critérios menos rigorosos de reconhecimento com relação ao cronograma da finalização do plano de reestruturação.

Brasil

Apenas os ativos e passivos registrados no balanço da empresa adquirida são reconhecidos na compradora, ao valor contábil original, exceto pela mais valia atribuída ao ativo imobilizado que deve ser reconhecida como parte do custo do ativo nas circunstâncias de incorporações.

O ágio ou deságio originado da aquisição corresponde à diferença entre o valor pago pela empresa adquirida e o valor contábil original dos ativos e passivos registrados no seu balanço.

Pagamento contingente

IFRS

Quando possível, é estimado na aquisição e posteriormente corrigido com ajuste ao valor do ágio.

US GAAP

Não é reconhecido até que a contingência seja resolvida ou o valor seja determinável.

Brasil

Não tratam do assunto.

Ágio e ativos intangíveis - tratamento subsequente à aquisição

IFRS

Certos ativos intangíveis de origem contratual, separáveis e com vida útil finita devem ser amortizados.

Ágio e ativos intangíveis com vida indefinida não são amortizados, mas têm seu valor de recuperação calculado anualmente e comparado ao valor contábil.

Sempre que o valor de recuperação for inferior ao valor contábil, uma perda deve ser reconhecida no resultado do exercício.

US GAAP

Semelhantes às IFRS.

Brasil

Ágio é amortizado em prazo não superior a 10 anos, exceto quando decorrente de aquisição do direito de exploração, concessão ou permissão delegada pelo poder público. Nesses casos, deve ser amortizado com base no prazo de vigência da respectiva concessão ou permissão pública.

Ajustes aos valores justos subsequentes à aquisição

IFRS

Caso surjam evidências adicionais, os valores justos dos ativos e passivos adquiridos podem ser ajustados contra o ágio até doze meses após a data da aquisição.

Após este prazo, eventuais ajustes são lançados diretamente contra o resultado do período. Quando a alocação de valor justo estiver finalizada, não são permitidas outras modificações, exceto quanto à resolução de contingências conhecidas antes da aquisição.

Nesses casos, os ajustes relativos às informações que a administração estava aguardando para concluir a alocação são registrados contra o ágio.

Estornos de provisões relacionadas à aquisição sempre ajustam o ágio.

US GAAP

Em linhas gerais, semelhantes às IFRS, porém há exceções específicas.

Brasil

Não tratam do assunto.

Deságio

IFRS

Em geral, uma apuração preliminar de deságio indica que os valores justos dos ativos e passivos podem estar super-avaliados ou sub-avaliados, respectivamente.

A administração deve reavaliar a identificação e mensuração dos ativos, passivos e passivos contingentes, bem como do custo da aquisição como um todo.

Após essa reavaliação, se de fato houver excesso do valor justo sobre o valor de custo da aquisição, a diferença (receita) deve ser reconhecida imediatamente contra o resultado.

US GAAP

Semelhantes às IFRS.

Brasil

Deságio corresponde à diferença entre o valor pago e o valor contábil dos ativos e passivos e é amortizado baseado na sua fundamentação.

Em alguns casos, dependendo da fundamentação, a sua amortização somente poderá ser contabilizada em caso de baixa por alienação ou perecimento do investimento.

Divulgações

IFRS

As divulgações incluem nomes e descrições das empresas ou negócios objeto da combinação, data da aquisição, percentual de direito de voto adquirido e resumo dos valores envolvidos na combinação.

US GAAP

Semelhantes às IFRS, mas requerem divulgações adicionais relacionadas às razões para a aquisição e detalhes de alocações de valor justo. Companhias abertas também devem apresentar informações sobre a demonstração de resultado “pro-forma” como se a aquisição tivesse ocorrida no início do período comparativo.

Brasil

Na prática são semelhantes às IFRS.

Reconhecimento de receitas

IFRS

Baseado em vários critérios, que exigem o reconhecimento da receita quando os riscos e recompensas decorrentes da propriedade tiverem sido transferidos a terceiros (comprador) e a receita puder ser medida de maneira confiável.

US GAAP

Baseado em quatro critérios-chave. Em princípio, semelhantes às IFRS. Apresentam orientação detalhada e extensiva para transações específicas.

Brasil

Semelhantes às IFRS, porém menor nível de orientação pode resultar em diferenças práticas.

Contratos de construção

IFRS

São contabilizados utilizando-se o método de percentual de execução. Método de reconhecimento por contrato concluído não é aceito.

US GAAP

O método de percentual de execução é preferível, entretanto, o método de reconhecimento por contrato concluído é permitido em determinadas circunstâncias raras.

Brasil

Semelhantes às IFRS.

Reconhecimento de despesas

Despesa de juros

IFRS

Despesas de juros são reconhecidas pelo regime de competência. É requerido o uso do método de taxa efetiva para reconhecimento dos encargos financeiros.

US GAAP

Semelhantes às IFRS.

Brasil

Semelhantes às IFRS, exceto pelo fato de não exigir o uso do método de taxa efetiva para reconhecimento dos encargos financeiros.

Benefício a empregados - planos de benefício definidos

IFRS

Requerem o reconhecimento da obrigação no balanço, com base em passivo atuarial calculado segundo o método de crédito unitário projetado.

US GAAP

Semelhantes às IFRS conceitualmente, embora haja várias diferenças nos detalhes.

Brasil

Semelhantes às IFRS.

Benefício a empregados - outros

IFRS

Requerem a contabilização dos benefícios pós-aposentadoria, como pensões.

As regras são também determinadas para benefícios provenientes de demissões e outros benefícios concedidos após o término do vínculo empregatício, além de benefícios de longo prazo.

US GAAP

Semelhantes às IFRS para benefícios pós-aposentadoria.
Orientação mais detalhada para os benefícios após a demissão.

Brasil

Semelhantes às IFRS.

Pagamentos com base em ações

IFRS

O custo deste benefício é determinado pela diferença entre o valor justo da ação ou opção e o valor de compra ou exercício (se existente) determinado pela empresa para pagamento por terceiros (empregados, fornecedores, etc) na data da concessão. O custo é reconhecido no resultado do período em que o serviço é recebido, ou imediatamente, se já prestado.

US GAAP

Regras referem-se exclusivamente a pagamento a empregados. Dois métodos alternativos podem ser utilizados para determinar o custo: valor intrínseco (preço de mercado na data do cálculo, menos qualquer contribuição do empregado ou preço de exercício) ou valor justo da emissão utilizando o modelo de precificação. Reconhece o custo dos prêmios ou opções de ações no período em que o empregado trabalhou.

Brasil

Não há orientação com relação ao cálculo ou reconhecimento. Requeridas divulgações mínimas, dentro de um marco conceitual contábil geral.

Ativos

Ativos intangíveis adquiridos de terceiros

IFRS

Requerem a capitalização se os critérios de reconhecimento são atendidos. Ativos intangíveis devem ser amortizados considerando sua vida útil.

Ativos com vida útil indefinida não são amortizados, mas devem, no mínimo anualmente, ter o seu valor de recuperação calculado e comparado com o valor contábil.

Caso o valor recuperável seja inferior ao contábil, uma perda deve ser registrada contra o resultado do exercício.

Reavaliações são permitidas em raríssimas circunstâncias.

Os ganhos ou perdas apurados na venda ou baixa dos ativos intangíveis são registrados como despesas operacionais.

US GAAP

Semelhantes às IFRS, porém reavaliações não são permitidas.

Brasil

Geralmente são classificados no grupo de ativo imobilizado ou de ativo intangível (veja item seguinte) e amortizados de acordo com a sua vida útil.

Não são permitidas reavaliações de intangíveis.

Os ganhos ou perdas apurados na venda ou baixa dos ativos intangíveis são registrados como despesas não operacionais.

Ativos intangíveis gerados internamente

IFRS

Custos com pesquisa são lançados como despesa quando incorridos. Custos de desenvolvimento de ativos intangíveis são capitalizados, se atendidos certos critérios, e amortizados com base na sua vida útil estimada do correspondente ativo.

Despesas pré-operacionais, gastos com o lançamento de novos produtos ou processos produtivos ou relacionados com o período em que a capacidade de produção normal da empresa ainda não foi atingida (“start-up costs”) são lançados como despesa quando incorridos.

Os ganhos ou perdas apurados na venda ou baixa dos ativos intangíveis são registrados como despesas operacionais.

US GAAP

Os custos de pesquisa e desenvolvimento são lançados como despesa no resultado do exercício quando incorridos. Alguns custos de desenvolvimento de software e website devem ser capitalizados.

Brasil

Despesas pré-operacionais, gastos com o lançamento de novos produtos ou processos produtivos ou relacionados com o período em que a capacidade de produção normal da empresa ainda não foi atingida (“start-up costs”) são capitalizados como ativo diferido, desde que contribuam para a geração de benefícios futuros. Tais gastos são amortizados por prazo não superior a dez anos.

Os ganhos ou perdas apurados na venda ou baixa dos ativos intangíveis são registrados como despesas não operacionais.

Ativo permanente

IFRS

Permitem o uso do custo histórico ou reavaliações a valor justo como base de valor contábil.

Reavaliações a cada três a cinco anos de classes inteiras de ativos são exigidas quando é escolhida a opção de reavaliação.

Todos os bens reavaliados, inclusive terrenos (à alíquota aplicável ao resultado pela venda do bem) , são sujeitos a imposto de renda diferido.

Os ganhos ou perdas apurados na venda ou baixa dos ativos são registrados como despesas operacionais.

US GAAP

Não são permitidas reavaliações.

Brasil

Em linhas gerais, semelhantes às IFRS, com as seguintes divergências:

- Terrenos não destinados à venda não têm reavaliação sujeita a imposto de renda diferido.
- Os ganhos ou perdas apurados na venda ou baixa dos ativos são registrados como despesas não-operacionais.

Arrendamentos - classificação

IFRS

Um arrendamento é classificado como financeiro quando substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem são transferidos ao arrendatário. Neste caso, a operação equivale a um financiamento para aquisição do bem. A substância deve prevalecer sobre a forma.

US GAAP

Semelhantes às IFRS, mas possuem orientação mais detalhada, baseada na forma do contrato, para a classificação.

Brasil

Práticas locais encorajam, mas não obrigam o registro dos contratos de arrendamento financeiro como financiamento. Na prática, a maioria dos contratos de arrendamento é tratada como operacional. As companhias devem, no entanto, divulgar em nota dados sobre equipamentos adquiridos através de contrato de arrendamento.

Arrendamentos - contabilização do arrendador

IFRS

O arrendador registra valores devidos por arrendamentos financeiros como ativos recebíveis. Apropria os ganhos brutos para apresentar uma taxa de retorno constante, baseada no método de investimento líquido (antes dos impostos).

US GAAP

Semelhantes às IFRS, possuem regras específicas para arrendamentos alavancados.

Brasil

Na prática, a maioria dos contratos de arrendamento é tratada como operacional.

Perdas por redução ao valor recuperável de ativos (“Impairment”)

IFRS

Anualmente, a empresa deve avaliar a eventual existência de indicadores de que o valor dos seus ativos não seja recuperável.

Sempre que houver tal indicação, um cálculo do valor recuperável do respectivo bem (ou do menor grupo de bens do qual o ativo seja parte e que produza fluxos de caixa independentes) deve ser realizado.

Caso o valor recuperável seja de fato inferior ao valor contábil, uma perda deve ser reconhecida contra o resultado do exercício. Se não houver perda, pode ser necessário reconsiderar a vida útil do ativo.

O valor recuperável de um ativo é definido como sendo o maior entre o preço de venda líquido e o valor em uso do ativo, baseado nos fluxos de caixa descontados a valor presente.

Reversões de perdas anteriormente registradas são adequadas, desde que tenha havido mudança nas circunstâncias que a originaram.

Perdas por redução ao valor recuperável são registradas como despesa operacional no resultado do exercício.

US GAAP

Para ativos mantidos para uso nas operações, cálculo do valor em uso tem por base fluxos de caixa não descontados.

Se o valor em uso for inferior ao valor contábil, calcula-se a perda a ser contabilizada utilizando-se o maior entre o valor de mercado do ativo e os fluxos de caixa descontados a valor presente.

Reversões de perdas anteriormente registradas não são aceitas.

Brasil

Quanto ao princípio fundamental, são semelhantes às IFRS. Sempre que o valor contábil de um bem for superior ao valor recuperável, uma perda deve ser registrada para reduzir o valor contábil ao valor de recuperação.

Não há, entretanto, regras detalhadas para identificação e cálculo das perdas por redução ao valor recuperável.

Normas não são precisas quanto à periodicidade de avaliação e quanto aos indicadores de que o valor dos ativos não seja recuperável.

Na existência de indicadores, valor recuperável dos ativos deve ser calculado para o “ativo individual” ou “grupo de ativos idênticos”.

Normas não exigem nem impedem o desconto a valor presente dos fluxos de caixa para fins de cálculo do valor em uso do ativo. Perdas devem ser reconhecidas apenas quando consideradas não temporárias.

Perdas por redução ao valor recuperável são registradas como despesa não operacional no resultado do exercício.

Capitalização dos custos de empréstimos

IFRS

Permitem para ativos qualificados, mas não exigem.

US GAAP

Exigem.

Brasil

Exigem.

Propriedade para investimento

IFRS

Valor contábil pode ser determinado com base no custo depreciado ou valor justo, com reconhecimento de ganhos e perdas por mudanças no valor justo contra o resultado.

US GAAP

Usa o mesmo tratamento adotado para as demais propriedades (custo depreciado).

Brasil

Não há regras específicas para segmentos de indústria em geral. Propriedades para investimento são tratadas como bens do ativo imobilizado (custo depreciado).

Estoques

IFRS

São reconhecidos pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. Tanto o método FIFO ou da média ponderada podem ser utilizados para determinar o custo. O método LIFO é proibido.

Reversão de perdas para redução ao valor recuperável originalmente registradas é requerida sempre que houver mudanças nas circunstâncias que as determinaram.

US GAAP

Semelhantes às IFRS; entretanto, o uso do LIFO é permitido.

Reversão de perdas para redução ao valor recuperável não é aceita.

Brasil

Semelhantes às IFRS.

Ativos biológicos

IFRS

São mantidos ao valor justo, deduzido dos custos estimados do ponto de vendas.

US GAAP

Não há regras específicas. Geralmente, o custo histórico é utilizado como base de valor contábil.

Brasil

Não há regras específicas. Geralmente o custo histórico é utilizado. Para certas atividades a mensuração pelo valor justo é permitida.

Ativos financeiros - mensuração

IFRS

Depende da classificação.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento ou originados pela própria empresa são registrados ao custo amortizado.

Outros ativos financeiros são registrados ao valor justo.

Ganhos ou perdas não realizados sobre os títulos mantidos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os apurados sobre investimentos disponíveis para venda são reconhecidos no patrimônio.

US GAAP

Semelhantes às IFRS.

Brasil

Ativos são registrados ao custo deduzido de eventuais perdas. Ganhos e perdas são reconhecidos sempre no resultado.

Baixa de ativos financeiros

IFRS

A baixa de ativos financeiros, que somente ocorre quando as condições necessárias são atendidas, pode ser total ou parcial. As condições para a baixa dependem de um fluxo de decisão que considera, nesta ordem, os seguintes fatores: (i) grau de transferência dos riscos e benefícios; (ii) transferência do controle sobre o ativo; e (iii) envolvimento contínuo.

US GAAP

A baixa é baseada na manutenção de controle sobre o ativo. Mesmo em processo de falência, o isolamento legal dos ativos é necessário para a baixa.

Brasil

Não há regras específicas. Na prática, baixa baseia-se em aspectos legais da transação. Títulos descontados são apresentados no balanço como contas retificadoras dos ativos correspondentes.

Passivos

Provisões - geral

IFRS

Exigem o registro de provisões quando houver uma obrigação presente, decorrente de evento passado para a qual um desembolso de recursos seja provável e possa ser estimado de maneira confiável.

US GAAP

Semelhantes às IFRS, com regras para situações específicas (custos de demissão de empregados, passivos ambientais, passivos contingentes, etc.).

Brasil

Semelhantes às IFRS.

Provisões - reestruturação

IFRS

Requerem o reconhecimento de provisões para reestruturação quando há anúncio de plano formal detalhado ou quando a implementação do plano já tiver efetivamente começado.

US GAAP

Para reconhecimento, provisões para reestruturação devem atender à definição de um passivo, incluindo determinados critérios relacionados à probabilidade de que nenhuma mudança seja feita no plano ou de que o plano não seja abandonado. O reconhecimento de um passivo baseado somente no comprometimento da administração para com um plano é proibido.

Brasil

Na prática, são semelhantes às IFRS.

Contingências

IFRS

Requerem divulgação de perdas possíveis não reconhecidas e ganhos prováveis.

US GAAP

Semelhantes às IFRS.

Brasil

Semelhantes às IFRS.

Imposto de renda diferido - abordagem geral

IFRS

Uso do método de provisão integral (com algumas poucas exceções) com base nas diferenças temporárias no balanço patrimonial. Requerem o reconhecimento de ativos de imposto diferido quando a recuperação for provável.

Terrenos têm reavaliação sujeita a imposto de renda diferido, à alíquota aplicável à venda.

US GAAP

Semelhantes às IFRS, mas exigem o reconhecimento de todos os ativos de imposto diferido e a provisão para desvalorização se a probabilidade de recuperação for menor do que 50%.

Várias diferenças específicas na aplicação.

Brasil

Semelhantes às IFRS, exceto pelo fato de que terrenos não destinados à venda não têm reavaliação sujeita a imposto de renda diferido.

Imposto de renda diferido - exceções principais

IFRS

Não é reconhecido imposto de renda diferido sobre ágio não dedutível e diferenças temporárias no reconhecimento inicial de ativos e passivos que não causam impacto no lucro contábil ou tributário.

US GAAP

Semelhantes às IFRS com relação ao ágio não dedutível. Não existe exceção quanto ao reconhecimento inicial de ativos e passivos.

Brasil

Semelhantes às IFRS com relação ao ágio não-dedutível. Não existe exceção quanto ao reconhecimento inicial de ativos e passivos.

Doações e subvenções governamentais

IFRS

São reconhecidas ao valor justo como receita diferida e amortizadas contra o resultado à medida que as condições (se houver) para que sejam efetivamente ganhas sejam cumpridas pela empresa. Doações na forma de ativo permanente (por exemplo: terrenos) podem ser compensadas contra o custo do respectivo bem.

US GAAP

Semelhantes às IFRS, exceto por contribuições de ativo de vida longa registrados como receita.

Brasil

Subvenções para custeio têm tratamento semelhante em relação às IFRS.

Subvenções para investimento são reconhecidas em reserva de capital no patrimônio líquido. Alguns incentivos fiscais são reconhecidos pelo seu valor nominal, sem considerar seu valor justo.

Arrendamentos - contabilização do arrendatário

IFRS

Requerem o registro de arrendamentos financeiros como ativos e obrigação para futuros aluguéis. Normalmente, ativos são depreciados de acordo com a sua vida útil. Pagamentos de aluguéis são alocados de forma a apresentar uma taxa de juros constante sobre as obrigações em aberto. Geralmente, despesas com arrendamento operacional são reconhecidas pelo método linear.

US GAAP

Semelhantes às IFRS. Regras específicas devem ser cumpridas para registrar um arrendamento financeiro ou de bens do imobilizado.

Brasil

Práticas locais encorajam, mas não obrigam, o registro dos contratos de leasing financeiro como financiamento. Na prática, a maioria dos contratos de leasing é tratada como contratos de leasing operacional. As companhias devem, no entanto, divulgar em nota dados sobre equipamentos adquiridos através de contrato de leasing.

Arrendamentos - contabilização do arrendatário - venda e transações de venda com recompra (“sale leaseback”)

IFRS

Para arrendamentos financeiros, os eventuais ganhos decorrentes de operação de venda com recompra são diferidos. Para arrendamentos operacionais o reconhecimento do ganho depende da comparação entre o valor recebido com a venda e o valor justo do ativo. É preciso considerar a substância da operação e a ligação entre as partes envolvidas.

US GAAP

A definição do momento de reconhecimento dos ganhos e perdas depende da renúncia, pelo vendedor, de parcela significativa do uso do ativo. Perdas são reconhecidas imediatamente. Rígidos critérios específicos são considerados quando há uma transação envolvendo imóveis.

Brasil

Efeitos devem ser tratados de maneira semelhante às IFRS.

Passivos financeiros - classificação

IFRS

Instrumentos financeiros são classificados como passivo ou instrumento de patrimônio líquido (por exemplo: ações, debêntures conversíveis), dependendo da essência das obrigações do emissor.

Por exemplo, ações preferenciais resgatáveis são classificadas como passivos.

US GAAP

Geralmente, quando um instrumento não é uma ação, deve ser classificado como passivo quando houver obrigação de transferir benefícios econômicos.

Semelhantes às IFRS.

Brasil

Geralmente, classificação é baseada na forma legal dos instrumentos.

Dívida conversível

IFRS

Requerem a contabilização da dívida conversível pelo método da divisão, alocando os componentes entre patrimônio e dívida.

US GAAP

A dívida conversível é geralmente reconhecida como passivo.

Brasil

A dívida conversível é geralmente reconhecida como passivo.

Baixa de passivos financeiros

IFRS

Passivos são baixados somente quando extintos. Quando considerado extinto, a diferença entre o valor contábil e o valor pago ou da nova dívida é reconhecida na demonstração de resultado.

US GAAP

Semelhantes às IFRS.

Brasil

Na prática, possuem tratamento semelhante às IFRS.

Instrumentos de patrimônio líquido

Instrumentos de patrimônio líquido - compra das próprias ações

IFRS

São demonstradas como dedução do patrimônio (ações em tesouraria).

US GAAP

Semelhantes às IFRS.

Brasil

Semelhantes às IFRS.

Derivativos e operações de “hedge”

Derivativos e outros instrumentos financeiros - mensuração de instrumentos financeiros e operações de “hedge”

IFRS

Exigem o reconhecimento de instrumentos derivativos e instrumentos de “hedge” ao valor justo.

Requerem o reconhecimento de ganhos e perdas por mudanças no valor justo na demonstração de resultado, exceto por hedges de fluxo de caixa considerados efetivos, em que os ganhos e perdas são diferidos no patrimônio líquido até que o efeito da transação objeto do “hedge” afete a demonstração do resultado.

Em certos casos, os ganhos ou perdas nos instrumentos de “hedge” usados para proteger uma transação prevista podem ser incluídos no custo do ativo/passivo não financeiro.

US GAAP

Semelhantes às IFRS, exceto por não exigir o ajuste do valor base das operações de “hedge” de fluxo de caixa de transações previstas.

Brasil

São avaliados ao valor de curva das operações e têm ganhos e perdas sempre reconhecidos diretamente no resultado do período.

Derivativos e outros instrumentos financeiros - mensuração das operações de “hedge” de investimentos em empresa estrangeira

IFRS

Ganhos ou perdas sobre o instrumento de “hedge” de investimento estrangeiro são reconhecidos no patrimônio, exceto a parcela considerada como ineficiência do “hedge”, que deve ser lançada contra o resultado.

Ganhos e perdas mantidos no patrimônio devem ser transferidos para a demonstração de resultado quando da alienação ou baixa do investimento.

US GAAP

Semelhantes às IFRS.

Brasil

Ganhos e perdas são reconhecidos diretamente no resultado. No Brasil, ajustes cambiais de investimentos no exterior são lançados contra resultado.

Outros itens

Lucro por ação - Diluído

IFRS

Determinação do denominador no cálculo do lucro por ação diluído considera determinados instrumentos que são conversíveis em ações.

O método das “ações em tesouraria” é utilizado para as opções ou *warranties* de ações.

US GAAP

Semelhantes às IFRS.

Brasil

Não há regra específica para cálculo do lucro por ação diluído. O único lucro por ação divulgado é o lucro por ação básico, que é calculado pela simples divisão do lucro do exercício pela quantidade de ações em circulação na data do balanço.

Transações entre partes relacionadas - definição

IFRS

São identificadas em função de controle direto ou indireto, controle conjunto e influência significativa de uma parte sobre outra ou controle comum em relação às partes.

US GAAP

Semelhantes às IFRS.

Brasil

Semelhantes às IFRS.

Transações entre partes relacionadas - divulgações

IFRS

Exigem a divulgação do nome da parte relacionada, a natureza do relacionamento e os tipos de transação. Para relações de controle, apresenta divulgações ocorrendo ou não as transações.

Há algumas exceções disponíveis para demonstrações financeiras separadas de subsidiárias.

US GAAP

Semelhantes às IFRS.

As exceções são mais limitadas do que as disponíveis para fins de IFRS.

Brasil

Semelhantes às IFRS.

Informações por segmento de negócios - escopo e base dos formatos

IFRS

Empresas abertas devem divulgar informações sobre os segmentos primário e secundário (de negócio e geográficos) com base nos riscos e recompensas e na estrutura interna de apresentação de informações gerenciais.

US GAAP

Empresas abertas devem divulgar informações sobre segmentos de negócios na forma como a administração avalia as informações financeiras para alocar recursos e avaliar desempenho.

Brasil

Informações sobre segmento de negócios não são requeridas.

Informações por segmento de negócios- práticas contábeis

IFRS

Exigem a preparação de informações com base nas práticas contábeis do grupo (IFRS).

US GAAP

Permitem a utilização de práticas contábeis internas (gerenciais) para a apresentação de informações por segmento de negócios (mesmo se as políticas contábeis diferirem da política contábil do grupo).

Brasil

Informações sobre segmento de negócios não são requeridas.

Informações por segmento de negócios - divulgações requeridas

IFRS

Segmento primário: receitas, resultados, capex, ativos e passivos totais, e outros itens.

Segmento secundário: receitas, ativos totais e capex.

US GAAP

Divulgações semelhantes às IFRS para o segmento primário, exceto pelo fato de que os passivos e o capex geográfico não são requeridos.

Depreciação, amortização, imposto, juros e itens excepcionais/extraordinários devem ser divulgados se o forem internamente. É exigida a divulgação dos fatores utilizados para identificar os segmentos.

Brasil

Informações sobre segmento de negócios não são requeridas.

Operações em descontinuidade - definição

IFRS

Conjunto de operações que integram um componente distinto e significativo das operações da empresa.

US GAAP

Componente claramente distinto em termos operacionais e para fins de demonstrações financeiras.

Brasil

Na prática, semelhantes às IFRS.

Operações em descontinuidade ou descontinuadas - mensuração

IFRS

Exigem provisões para alguns custos quando os critérios para reconhecimento de uma provisão para reestruturação são atendidos.

Os ativos integrantes da operação descontinuada devem ter seu valor limitado ao mais alto, entre o preço líquido de venda o valor de uso baseado nos fluxos de caixa descontados a valor presente.

US GAAP

Resultados das operações descontinuadas ou mantidas para venda e correspondentes ganhos ou perdas são reconhecidos nos períodos em que elas ocorrem; não registrados antecipadamente.

Ativos integrantes devem ter seu valor limitado ao menor valor entre o valor contábil e o valor líquido da venda.

Brasil

Na prática, a operação é tratada juntamente com as demais operações. Sua descontinuidade é divulgada e provisões são reconhecidas para perda incorridas.

Operações em descontinuidade ou descontinuadas - apresentação e divulgações principais

IFRS

Requerem o detalhamento da operação em descontinuidade e a divulgação (separadamente na demonstração de resultado) do ganho ou a perda antes do imposto de renda resultante da descontinuação.

US GAAP

Exigem a divulgação das operações descontinuadas e mantidas para venda como um item separado na demonstração do resultado, antes dos itens extraordinários e do efeito cumulativo das mudanças contábeis. Ativos e passivos de grupos de venda mantidos para venda segregados no balanço patrimonial.

Brasil

Na prática, informações quanto à operação em descontinuidade ou descontinuada são divulgadas em níveis menos detalhados do que os exigidos pelas IFRS.

Eventos subsequentes

IFRS

Ajustes são requeridos nas demonstrações financeiras apenas para os eventos subsequentes que trazem evidências de condições que existiam na data do balanço e afetam significativamente os valores nas demonstrações financeiras (eventos de ajuste). Outros eventos subsequentes significativos devem ser divulgados.

US GAAP

Semelhantes às IFRS.

Brasil

Semelhantes às IFRS.

Apresentação de informações financeiras interinas

IFRS

Base deve ser consistente com as demonstrações anuais completas e incluir dados comparativos.

US GAAP

Semelhantes às IFRS.

A apresentação trimestral é solicitada para as empresas americanas listadas na SEC.

Brasil

Semelhantes às IFRS, todavia o nível de divulgação tende a ser menor.

Anotações

Escritórios PRICEWATERHOUSECOOPERS no Brasil

São Paulo - SP

Av. Francisco Matarazzo, 1400
05001-903 - São Paulo/SP
Torre Torino - Água Branca
Telefone: (11) 3674-2000

Belo Horizonte - MG

Rua dos Inconfidentes, 1190 - 9º
30140-120 - Belo Horizonte/MG
Telefone: (31) 3269-1500
Fax: (31) 3261-6950

Brasília - DF

SCS - Setor Comercial Sul - Quadra 6
Edifício Bandeirantes - 4º - Sala 401
70300-968 - Brasília/DF
Telefones: (61) 224-8387/8207/8310
Fax: (61) 226-7098

Campinas - SP

Edifício Hannover Tower
Av. José de Souza Campos, 243 10º
13025-320 - Campinas/SP
Telefone: (19) 3794-5400
Fax: (19) 3794-5454

Curitiba - PR

Curitiba Trade Center
Alameda Dr. Carlos de Carvalho, 417 - 10º
80410-180 - Curitiba/PR
Telefone: (41) 322-7911
Fax: (41) 222-6514

Joinville - SC

Rua Alexandre Döhler, 129 - 6º
Salas 605, 606 e 607
89201-260 - Joinville/SC
Telefone: (47) 422-7848
Fax: (47) 422-6771

Porto Alegre - RS

Edifício Madison Center
Rua Mostardeiro, 800 8º e 9º
90430-000 - Porto Alegre/RS
Telefone (51) 3378-1700
Fax (51) 3328-1609

Recife - PE

Edifício Empresarial Center
Rua Padre Carapuceiro, 733 - 8º
51020-280 - Recife/PE
Telefone: (81) 3465-8688
Fax: (81) 3465-1063

Ribeirão Preto - SP

Rua Rui Barbosa, 1145 - 10º e 12º
14015-120 - Ribeirão Preto/SP
Telefone: (16) 632-8040
Fax: (16) 610-7385

Rio de Janeiro - RJ

Rua da Candelária, 65 - Centro
20091-020 - Rio de Janeiro/RJ
Telefone: (21) 3232-6112
Fax: (21) 2516-6319

Salvador - BA

Edifício Citibank
Rua Miguel Calmon, 555 - 9º
40015-010 - Salvador/BA
Telefone: (71) 319-1900
Fax: (71) 243-2943

Sorocaba - SP

Edifício Trade Tower
Rua Riachuelo, 460 - 5º
Salas 501, 502, 503 e 504
18035-330 - Sorocaba/SP
Telefone: (15) 231-9001
Fax: (15) 231-1929

Vitória - ES

Edifício Century Towers - Torre B
Av. Nossa Senhora da Penha, 699
Cjs. 801 a 806
29055-131 - Vitória/ES
Telefone: (27) 3200-3139
Fax: (27) 3324-3239

contato.mkt@br.pwc.com

